

Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960

Samuel Silva Rodrigues
de Oliveira¹

Resumo:

O artigo aborda a luta contra a ameaça de remoção do Morro do Querosene nas décadas de 1950 e 1960. A partir da entrevista de Vicente Gonçalves, discute-se o discurso para reivindicar o direito de moradia no movimento social articulado em torno do Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene e da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. A análise enfoca o trabalho de linguagem do entrevistado, cotejando-o com jornais, documentos apreendidos pela polícia política de Minas Gerais (DOPS-MG) e legislação da época.

Palavras-chave: favelas; história urbana de Belo Horizonte; movimento social.

Abstract:

The article discusses the fight against the intimidation of removal of Morro do Querosene in the 1950's and 1960's. Using the interview with Vicente Gonçalves, discusses the speech to claim the rights in the social movement organized around the Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene and Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. The analysis focuses on the work of language of Vicente Gonçalves, comparing it with newspapers, documents arresting by the political police (DOPS-MG) and legislation.

¹ Doutorando PPHPBC/Cpdoc/FGV

O presente artigo enfoca a forma como o espaço de moradia foi politizado no movimento de “trabalhadores favelados” de Belo Horizonte, a partir da análise de duas entrevistas com Vicente Gonçalves² e das estratégias da associação do Morro do Querosene para reivindicar o direito de moradia na passagem dos anos 1950 e 1960. Em 1952, os moradores do Morro do Querosene criaram o Centro de Defesa Coletiva para lutar contra a ameaça de despejo coletivo e reivindicar melhorias. Tomavam como exemplo a luta realizada pela Vila São Vicente de Paulo (ou Marmiteiros) e foram influenciados por padre Agnaldo Leal. Vicente Gonçalves foi uma das lideranças da associação e participou da criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) em 1959. A FTFBH foi constituída com objetivo de congregar várias localidades e difundir o modelo associativo das “União de Defesa Coletiva (UDC)”, para reivindicar o direito de moradia.

Durante as entrevistas, Vicente Gonçalves construiu um sentido contínuo para sua narrativa. Apesar de participar de conjunturas e configurações sociais muito diferenciadas, dotou de estabilidade e segurança uma “imagem do eu”³ compromissada com a luta contra as injustiças sociais vivenciadas pelos “trabalhadores favelados”. Na entrevista, existe um trabalho narrativo em torno de uma carreira de “liderança” com vários momentos emblemáticos. Os seguintes fatos foram sublinhados e dramatizados: o nascido em 1931, no município de Ouro Fino, e a vinda para Belo Horizonte ainda quando criança, sendo criado na Barroca até 1945, quando, após resistir, foi removido pela Prefeitura de Belo Horizonte; a construção da moradia no Morro do Querosene, onde foi um dos “fundadores” do Centro de Defesa Coletiva, em 1952; a criação da Federação dos Trabalhadores Favelados, onde atuou no início dos anos 1960; as manifestações em torno da desapropriação dos lotes acumulados por Antônio Luciano na região oeste de Belo Horizonte em 1963; o indiciamento no inquérito policial que fechou a FTFBH em decorrência do Golpe de 1964; a construção da União de Trabalhadores de Periferia (UTP) em 1974 na abertura política do regime militar. Sua trajetória sinalizava para um envolvimento com o mundo político a partir da relação estabelecida com associações civis e alguns tipos de mobilização.

A imagem do eu coerente e estável representada na entrevista confere uma segurança à narrativa do personagem. A auto-representação traz inúmeras questões para os pesquisadores. O personagem apresenta a acomodação e avaliação das diferentes escolhas e ações realizadas ao longo da vida a partir de uma ótica pessoal. Além de estarmos lidando com a formação da subjetividade de uma personagem, enfrentamos a força da convenção social do “relato de vida”. Em seu texto clássico *A ilusão biográfica* (1986), Bourdieu sinalizou para os significados que o senso comum atribui ao termo “história de vida” e para a maneira

² Foram realizadas duas entrevistas, em 2008 e 2010. Nesse artigo, usarei principalmente, a primeira entrevista que fiz com a liderança, quando buscava informações sobre a história da União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), fundada em 1974, e sua relação com a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte, criada em 1959. A segunda enfocou temas específicos de sua militância política.

³ Sobre a relação entre entrevista em história oral e a discussão da “biografia” / “história de vida” cf. PEREIRA, 2000; GROSSI & CARVALHO, 2004; ALBERTI, 2004; GOMES, 2004; LEVI, 2005; BOURDIEU, 2005; LORIGA, 2011.

28 **Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.**

como essa noção opera uma convenção retórica para os atores sociais quando são interpelados a falar de si:

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de um ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. (...) Essa propensão a tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, (...) só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido (BOURDIEU, 2005: 185)

Como lidar com essa sobreposição de imagens e sentidos que é típica da memória social no relato de vida? Ainda que tenhamos consciência da interpenetração dos significados instituídos em diferentes momentos da vida do entrevistado e da relevância de se compreender cada situação descrita por Vicente Gonçalves para realizar uma acurada análise de sua retórica, optamos por contextualizar o caso do Morro do Querosene e da criação do Centro de Defesa Coletiva em 1952, contrapondo-o a outros registros. No intuito de contextualizar o caso e a fala do personagem, fizemos uma pesquisa no acervo da polícia política de Minas Gerais, em jornais diários de Belo Horizonte e na legislação municipal do período.

O ator construiu um fio de continuidade entre a luta do Morro do Querosene e as outras situações de sua trajetória. Com essa retórica biográfica, Vicente Gonçalves resolveu posições contraditórias no campo da filiação a grupos políticos. Durante esse longo período de luta, ele diz que participou da esquerda católica e do comunismo. Em 1952, quando fundou o Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene, esteve ligado a Padre Agnaldo Leal e à Ação Católica – chegou a frequentar um curso de liderança na Universidade Católica de Minas Gerais. Posteriormente, participou de manifestações na luta pela reforma de base, estando próximo do Partido Comunista, sindicatos e movimento estudantil. Inerido no circuito político do movimento associativo de favelas, Vicente Gonçalves definia-se como um sujeito “pragmático”, “lutava pelo que era justo”. Ademais, para além do “pragmatismo” pessoal, é importante salientar que no âmbito do movimento dos “trabalhadores favelados” organizados pela FTFBH, assim como nos sindicatos e na luta pela reforma agrária em Minas Gerais, existia uma união entre as esquerdas comunista, trabalhista e católica. As trajetórias das lideranças no movimento de “trabalhadores favelados” sinalizam para a heterogeneidade de posições políticas articuladas no associativismo civil em pauta (OLIVEIRA, 2010).

Em seu trabalho narrativo, a “liderança” fornece inúmeros indícios para compreender como os limites do justo e do injusto foram constituídos nos movimentos de “trabalhadores favelados”. Em sua vida, ele construiu e foi enredado por “gramáticas do poder e do consentimento que impunham aos atores regras de inteligibilidade e de legitimação, lhes indicando as margens de manobra e de transação, delineando constrangimentos e oportunidades”, gerando as orientações quanto às formas da lealdade e de aliança e atribuindo sentido ao conflito sócio-político (CEFAÏ, 2001:116). Os discursos sobre a (in)justiça na luta pelo direito de moradia, elaborados por Vicente Gonçalves, permitem refletir sobre a gramática da vida pública que esteve presente na constituição da arena de conflito do associativismo civil de “trabalhadores favelados”.

Sobre a construção social da noção “*liderança antiga*” e a pertinência da entrevista com Vicente Gonçalves na produção do conhecimento histórico

Pela trajetória de Vicente Gonçalves, ele já foi entrevistado no trabalho organizado por Maria Mercês Somarriba, em *Lutas Urbanas em Belo Horizonte* (1984), no doutorado de Berenice Guimarães, em *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, uma cidade planejada* (1991) e no mestrado Osvaldo Manoel Corrêa, em *Misticismo e resistência na Cabana do Pai Tomás* (2004). Todos tinham em comum a tentativa de compreender um traço ou aspecto da prática social constituída nas favelas de Belo Horizonte. A pertinência sobre a realização de uma entrevista com a liderança é algo que deve ser questionada, pois ela não é auto-evidente, sendo o resultado de uma construção sócio-histórica numa dada configuração social e acadêmica. O interesse pelo testemunho do ator é um fenômeno recente, datado a partir dos anos 1980.

Na década de 1950 e 1960, num período anterior à institucionalização das pós-graduações de Ciências Sociais e História nas universidades, o olhar sobre os grupos subalternos na sociedade brasileira era marcado pelo viés do discurso da marginalidade social. Em 1960, por exemplo, um trabalho de sociologia urbana foi realizado no Morro do Querosene, sendo publicado com o nome de *Morro do Querosene – aspectos da formação de uma favela*, de Hiroshé Watanabe e Welber da Silva Braga. O estudo trazia uma descrição do espaço bastante rica, atenta as contradições de classe, mas desconsiderava completamente os sentidos e as práticas políticas naquela localidade. Para os pesquisadores, “não se desenvolveram ainda, na maioria das favelas de Belo Horizonte, atividades recreativas de caráter local ou formas associativas próprias do grupo” (WATANABE & BRAGA, 1960: 78). Ainda segundo os pesquisadores, “talvez a principal característica da favela seja sua forma de vida inteiramente anárquica, com falta absoluta de qualquer forma de autoridade socialmente estabelecida e válida para todo o grupo, no qual não se desenvolve também nenhum sentimento de solidariedade especificamente grupal” (Idem, 1960:80). Assim, apesar da pesquisa registrar a existência do Centro de Defesa Coletiva criado em 1952, os autores preferiam tratar a associação como algo amorfo que seria típico de uma população pobre e marginalizada no processo de modernização social e política vivido no

30 **Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.**

contexto urbano⁴.

A partir dos anos 1970/1980, existe um processo de crítica de trabalhos intelectuais que desconsideravam as formas de agir e pensar das “classes populares”. Num esforço de ponderar essa crítica, Paoli e Sader (1986) observaram a permanência nas Ciências Sociais de uma imagem do “povo” como alteridade negativa do Estado e da sociedade. Segundo os autores, “a visão de uma sociedade fragmentada e em a decomposição diante dos imperativos históricos de mudança social, esta representação do ‘povo’ e do ‘caráter popular’ brasileiro, inventou sua fórmula que fez eco por todo pensamento intelectual do século XX, apesar da crítica que se fez aos seus termos” (PAOLI & SADER, 1986: 42). Essa visão caricatural do “povo” e dos grupos subalternos eram revistas em estudos sobre a diversidade dos modos de vida e movimentos sociais na história brasileira.

As pesquisas traziam novas formas de compreensão das práticas e representações dos grupos populares, sendo os movimentos sociais um dos temas de estudo ligado a essa renovação. De acordo com Gohn, esse campo de pesquisa foi construído no momento de institucionalização da pós-graduação das Ciências Sociais no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985). Os pesquisadores estavam

ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaço para debates. Dessa forma, a produção latino-americana sobre movimentos sociais muitas vezes esteve bastante permeada por pressupostos ideológicos que as derivavam de matrizes político-pragmáticas (GOHN, 2006: 215).

No desejo de ampliação do escopo da ação política, as categorias constitutivas do senso comum foram muitas vezes replicadas na esfera acadêmica, havendo um forte intercâmbio entre a ação política e a produção intelectual. O enlace entre prática política e reflexão permitiu várias inovações analíticas e interpretativas da sociedade brasileira.

Destarte, uma das noções que estruturou o debate do campo de análises dos movimentos e que tem relevância para a discussão da trajetória e discurso de Vicente Gonçalves foi a classificação de “velho” e “novo” aplicado às mobilizações sociais. Esses termos expressavam a surpresa dos intelectuais com os protestos dos anos 1970 e 1980 e a construção de uma temporalidade que contrastava a experiência democrática do período de 1945 à 1964 com a que se estava constituindo. Essa imaginação sobre o tempo legitimava as pesquisas sobre a renovação das organizações da sociedade civil e dos modos de agir político, evidenciando, sobretudo, a pluralidade das vozes e das formas de lutar por direitos.

Contudo, como observou Boschi, muitas lideranças e organizações envolvidas no

⁴ Mais a frente voltaremos ao texto de Watanabe e Braga para discutir alguns pontos que considero fundamentais sobre a formação do Morro do Querosene.

processo de redemocratização tinham sua origem nos anos 1940, 1950 e 1960. Esse era o caso do protagonismo de Vicente Gonçalves que narra a história desse passado com grande desenvoltura e orgulho. As análises e estruturas temporais que antagonizam o “velho” e o “novo” na compreensão das práticas de protesto

superestimam os movimentos sociais contemporâneos, vistos como um corte radical com a esfera das instituições democráticas liberais. A ênfase na inovação e na descontinuidade, por sua vez, pressupõe um tal grau de autonomia dessas práticas coletivas que a mudança ocorreria sem reproduzir nenhuma das condições existentes (BOSCHI, 1987: 17)

A importância da presença dessas antigas lideranças pode ser aduzida não só pela bibliografia das Ciências Sociais, mas também na experiência e vivência de outros personagens. As noções de “velho” e “novo” sedimentaram formas de exclusão e pertencimento para as pessoas/gerações que se engajavam na ação política dos anos 1970 e 1980. Quando procurei pela primeira vez o contato com Vicente Gonçalves, em 2008, entrevistei duas mulheres que faziam “trabalho comunitário” na Pedreira Prado Lopes e na Vila Senhor dos Passos. Elas prontamente identificaram “Vicentão” como fazendo parte dos “antigos”. Para elas, “antigo” era uma categoria de exclusão: ainda que reconhecesse o importante trabalho dessas lideranças, em algum momento de suas trajetórias, ambas tiveram que disputar a liderança das associações com os “antigos”⁵.

A lembrança dos “antigos” para as duas lideranças comunitárias dos anos 1980 vinha permeada de diversas acusações, demarcando o reconhecimento e uma diferenciação entre a liderança dos “velhos” e dos “novos”, dos “homens” e das “mulheres”, e redefinindo o “trabalho comunitário” na perspectiva de extensão da assistência social sem enfatizar a luta pela posse da terra. Ao falar de Francisco Nascimento – presidente da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte entre 1961 e 1964, fundador da União de Trabalhadores de Periferia em 1974, sendo contemporâneo de Vicente Gonçalves –, a líder comunitária “Dona” Lúcia Bruzaferro era categórica ao defini-lo como um ditador. Para justificar a criação da Associação Comunitária da Vila Senhor dos Passos (1984), ela afirmava que Francisco Nascimento

era um bom presidente, porém com certas manias. O único que sabia de tudo e não aceitava muito o palpite da gente, né? Só queria lutar pela posse da terra, né? Ele não pedia mais nada a não ser isso. Então a gente teve que descombinar com ele e fundar a Associação Comunitária da Vila Senhor dos Passos. Pra gente poder trabalhar livre, sem o governo dele, né? Eu não digo que ele foi um mal presidente não, ele era muito ativo, apesar de ser um ditador, né? Ele que escolhia a diretoria. Ele era um ditador. Ele não era muito de divulgar o que ele estava pensando, ou o que ele estava fazendo não. Ele dizia que não tinha que dar satisfação a ninguém⁶.

⁵ BRUZAFERRO, Lucia. Entrevista concedida ao autor, em 2008; OLIVEIRA, Josélia. Entrevista concedida ao autor, em 2008.

⁶ Entrevista com Lúcia Bruzaferro Guimarães, em 27/11/2008.

32 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

Se “antigo” era uma categoria de exclusão na situação descrita acima, na Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil, lugar onde pela primeira vez encontrei Vicente Gonçalves, a classificação social era motivo de orgulho. Criada em 2000, a organização civil era uma entidade cujos objetivos eram “a defesa dos direitos daqueles que sofreram torturas, perseguições e cerceamento das liberdades durante a ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964, a busca [por] promoções sociais para seus associados e a preservação da memória histórica dos perseguidos políticos”⁷. Surgida no bojo do processo de instauração de uma justiça de transição para indenizar vítimas da ditadura, abrir acervos da repressão e apurar crimes praticados pelo Estado no regime militar, a associação luta pelo reconhecimento dos direitos dos “perseguidos políticos” junto aos órgãos de governo nacionais e internacionais⁸.

A Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil congregava vários tipos de “antigas lideranças”. Na associação, tive contato com diversos sindicalistas e operários de diferentes facções da esquerda. Eram “lideranças operárias” que em algum momento da vida tinham sido perseguidas pela polícia política em virtude de sua militância e ideologia. Vicente Gonçalves foi “vice-presidente” dessa organização civil; em 2011, com seus 80 anos, ele recebeu o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, sendo reconhecido como presidente da dita associação na luta pela anistia política e pelo direito dos “perseguidos políticos”⁹.

Ao revisitar a memória de Vicente Gonçalves, vamos buscar refletir sobre os sentidos e significados que foram pouco considerados nessas classificações duais (“novo\velho”) que continua a incidir sobre a imaginação dos movimentos sociais. Para tanto, formamos um corpus documental para contextualizar o trabalho de linguagem feito pelo ator, mostrando a forma como ele nos ajuda a compreender e interpretar uma determinada configuração social e política. A noção de trabalho de linguagem utilizada como guia na leitura da entrevista e do cruzamento com outras fontes foi retirada de um artigo escrito por Verena Alberti (2004). No texto Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral, Alberti sugere que “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”; ao contar, “a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade” (ALBERTI, 2004: 77-79).

⁷ CAMARÃ MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto de Lei nº 1633108, 24 de fevereiro de 2008. Declara de utilidade pública a Associação dos Perseguidos Políticos.

⁸ ESTATUTO da Associação dos Presos Políticos do Brasil. 27/04/2000. Cartório Gero Olíva.

⁹ Título de Cidadania Honorária Vicente Gonçalves.

<http://webtv.cmbh.mg.gov.br/video/?m=166&id=1696&r=72807556812/08/2011>. Consultado em 20-05-2013.

Morro do Querosene (“Vila São José”) e a Cidade Jardim

O Morro do Querosene não deve ser visto como uma unidade física e espacial neutra e definida de antemão. Essa assertiva tem como ponto de referência a reflexão de várias tradições de pensamento que questionam o pressuposto de uma forma urbana neutra, como se o espaço da cidade fosse uma variação da geometria euclidiana. Autores clássicos de distintas tradições de pesquisa social criticam a representação do espaço como uma categoria física-geométrica alheia as marcas constituídas pelas ações e práticas sociais. Assim, investem na compreensão dos processos políticos, econômicos e sociais de articulação e transformação dos territórios. Tendo em vista a expansão das cidades e da urbanização no século XIX, com o processo de Revolução Industrial, as Ciências Sociais e a História tem refletido sobre o(s) modo(s) de vida urbana e o efeito desse(s) nas articulações espaciais (LEFEBVRE, 1968; LEFEBVRE, 1999; CASTELLS, 1983; RONCAYOLO, 1997; WIRTH, 1969).

Ao enfatizar a interdependência entre as configurações sociais e a articulação do espaço e imaginário urbano, esses autores nos diriam que não basta definir o Morro do Querosene (ou qualquer outro espaço da cidade) no mapa para compreendê-lo. Um dos caminhos para refletir sobre a maneira como as práticas deixam marcas nas formas e representações do urbano foi compreendida por Michel de Certeau através do que conceituou como “retórica do habitante”. Enfatizando a importância da visão dos atores sociais sobre a cidade, observou que a imagem do urbano e de suas formas desdobra-se em variações de uma retórica de uso do espaço. No texto *Caminhadas pela cidade* (1994), o autor salienta que essa retórica seria postulada por duas características: “1) supõe-se que as práticas do espaço correspondam, elas também, a manipulações sobre elementos de base de uma ordem constituída; 2) supõe-se que sejam, como os tropos da retórica, desvios relativos a uma espécie de sentido literal definido pelo sistema urbanístico” (CERTEAU, 1994:180). Sendo crítico a imagem de “ruína” que o discurso utópico e urbanista projeta sobre o crescimento das “cidades”, Certeau sublinha a ordem formada pelos modos de uso das formas e articulações instituídas no tecido urbano.

Tomando o Morro do Querosene como um caso específico de processos sociais mais amplos, podemos analisar o discurso de Vicente Gonçalves sobre o Morro do Querosene (também chamado de “Vila São José” e “Morro São José”) como uma retórica de habitante construída pelo viés da luta do movimento de “trabalhadores favelados”. Seu discurso sobre o espaço da favela não deve ser visto como a única retórica de habitante instituída no Morro do Querosene, uma vez que existiam práticas e modos de uso distintos da ação defendida por Vicente Gonçalves através da associação de moradores. Todavia, a representação sobre o espaço da favela articulado por Vicente Gonçalves explicita uma das dimensões das tensões experimentada pelos moradores da favela nas décadas de 1950 e 1960: a ameaça de remoção.

A imagem projetada na retórica de Vicente Gonçalves era diferente do discurso

34 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

constituído pela norma de controle urbanístico instituída em 1956. A legislação era genérica e aplicada a diversas localidades, e definia o que seria uma favela tendo vista a sua expansão no período do pós-guerra e a necessidade de controlar seu crescimento:

Art. 1 – Aos responsáveis pelas obras clandestinas, como tais construídas sem a observância do Regulamento de Construções em vigor, que explorem favelas, mediante cobrança de aluguéis de casebres e arrendamento ou locação do solo, serão impostas as multas, estabelecidas no art. 363 do Decreto nº84, de 1940.

(...)

Art. 2 – Para efeito da presente Lei, considera-se favela o aglomerado de dois ou mais barracões, casebres ou qualquer tipo de construção semelhante, executados sem obediências legais em terrenos que não sejam de propriedade dos ocupantes¹⁰.

Na ótica do poder público, o Morro do Querosene era um espaço “irregular” em relação ao código de obras e sem reconhecimento da “propriedade dos ocupantes”. Portanto, era visto como mais uma “favela” surgida no crescimento urbano do pós-guerra, sendo considerado um espaço provisório, que não era reconhecido pelo poder público. Diferentemente, na memória de Vicente Gonçalves, o Morro do Querosene surgiu no processo de despejo dos trabalhadores da Barroca no início da década de 1940. Entre 1940 e 1945, eles foram removidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e transferidos para a Vila dos Marmiteiros e para o “Morro do Querosene”. O Morro do Querosene figurava como um assentamento permitido pela municipalidade nos lotes públicos. Destarte, a narrativa do personagem não revela o adensamento que transcorreu nos anos posteriores, através do comércio e aluguel de barracos e de expansão do processo de “invasão” / “ocupação” de novos terrenos. Enfatizava a anuência municipal na formação do assentamento e o caráter compensatório da moradia diante da perda da residência na Barroca. Além disso, em oposição ao caráter provisório e clandestino atribuído ao morro, ele enfatizava que ali era um local de moradia de trabalhadores, “sem marginais e mendigos”. Atenuava-se e se contrapunha ao estigma de favela, através do uso do topônimo “Morro São José” ou “Vila São José”, surgidos após a criação da associação.

Na retórica política de habitante, não havia divisões entre os moradores do Morro do Querosene. Sua narrativa subsumia diferenças sociais e entre áreas que poderiam existir nas relações de vizinhança e trajetos assumidos na circulação da favela, em favor de uma imagem unitária de “trabalhador favelado”. Essa lógica era extensiva a constituição do associativismo de favelas ligado à FTFBH que reconhecia apenas uma associação por favela, evitando a fragmentação da representação dos moradores. Todavia, segundo estudos patrocinados pelo Departamento de Bairros e Habitações Populares (DBHP) – órgão criado em 1955 com objetivo de “desfavelar” Belo Horizonte – havia divisões claras entre a

¹⁰ BELO HORIZONTE. Lei nº 572, 12 de setembro de 1956. Altera as multas ao regulamento de construção quando houver favelas e dá outras providências.

população e o terreno. Parte do terreno do Morro do Querosene era de posse da Prefeitura de Belo Horizonte e a outra do Exército; essas áreas eram divididas por uma cerca de arame mantida pelo Exército. Na parte da prefeitura, a fronteira geográfica era o bairro Cidade Jardim; na parte do Exército, o limite era com a Avenida Raja Gabaglia. Além disso, na parte do Exército localizavam-se as famílias mais pobres quando comparada com a parte da Prefeitura de Belo Horizonte (WATANABE & BRAGA, 1960¹¹). A classificação indicava impedimentos físicos de circulação, mas reforçava o caráter ilegal do território que tinha sido construído em propriedade alheia.

Para reforçar a “união” dos moradores, Vicente Gonçalves frisa em seu discurso o antagonismo entre o Morro do Querosene e a Cidade Jardim. Nesse confronto entre favela e bairro, Vicente Gonçalves denunciava as injustiças vivenciadas pelos moradores nas ameaças de remoção. Esse discurso sobressaiu em vários momentos de sua entrevista e era solidário a testemunhos do personagem em jornais nos anos 1960. Em 1963, quando foi questionado sobre o porquê da favela ser ameaçada de despejo, Vicente Gonçalves disse: “era uma injustiça até mesmo uma discriminação social. Favelado é operário que geralmente trabalha no Centro. Além do mais, essa discriminação social: ‘Por que trabalhador não pode morar onde mora a classe média?’”¹². Essa retórica de confronto merece melhor análise, enfocando a história da formação do bairro Cidade Jardim e outros discursos de viés esquerdista divulgados pelo movimento de trabalhadores favelados.

O bairro Cidade Jardim

Área próxima à Avenida do Contorno e ao centro urbano de Belo Horizonte, a Cidade Jardim foi planejada como um bairro residencial de luxo e teve como momento emblemático de sua expansão o período de 1940 a 1960. Antes da expansão urbana, a área não era ocupada residencialmente, sendo o lugar de funcionamento de um “Posto Veterinário” que, possivelmente, servia para o atendimento de cavalos, bois e vacas que eram de uso corrente no comércio urbano de lenha e no abastecimento de gêneros alimentícios. A região estava situada no interstício de fazendas/chácaras com a zona urbana central de Belo Horizonte¹³. Em 1938, esse território foi transformado numa zona de investimento imobiliário. A Prefeitura de Belo Horizonte comprou o terreno do Posto de Veterinário para o planejamento de ruas, loteamento e para a venda do espaço¹⁴.

¹¹ Os autores do estudo O Morro do Querosene – a formação de uma favela basearam maior parte de seu trabalho em fontes consultadas no Departamento de Bairros e Habitações Populares, que, em 1958, buscou remover os moradores para a Vila São Bernardo e o Conjunto Santa Maria.

¹² VICENTE Gonçalves Expõe. O Barraco. In: Binômio, Belo Horizonte, 29/07/1963, Caderno 2, p.6.

¹³ Esse perfil rural da ocupação do lugar também pode ser percebida no prédio do Museu Abílio Barreto. A edificação preservou uma casa de fazenda que se tornou a sede do museu e que representa o tipo de habitação que existia no período anterior à construção da capital do estado e da modernização da cidade.

¹⁴ BELO HORIZONTE. Decreto nº38, de 19 de novembro de 1918. Abre um crédito especial de

36 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

O perfil residencial nobre da expansão urbana foi reforçado nas posturas municipais. Em 1948, a municipalidade reformou, em termos bastante rígidos, a legislação para a edificação de casas nos bairros residenciais. Eram as seguintes características que deveriam se preservar nas edificações: não seria permitido o “fracionamento de lote, no qual só poderá ser construído um Prédio”; as construções não poderiam serem feitas no alinhamento da via pública, sendo necessário um recuo de “cinco metros para lotes de esquina e dez metros para os demais”; nenhum prédio poderá contar mais de três pavimentos; o afastamento lateral entre as casas deveria ser de, no mínimo, dois metros e meio; a frente dos prédios deveriam ter sebes vivas ou grades de no máximo um metro, sendo obrigatoriamente ajardinadas; e por último, cada casa deveria poder ter “abrigos para automóveis e garages” de ocupação no máximo de 40% da área do lote. O regulamento ainda explicava que a Cidade Jardim seria o bairro “modelo” e a referência para os bairros residenciais¹⁵.

Nos anos 1950, são várias as fontes que apontam a Cidade Jardim como uma área residencial moderna e que servia de modelo para outros bairros residenciais nas proximidades da Avenida do Contorno. O estudo já referido de Wantabane e Braga descrevia a geografia urbana do bairro como resultado da diferença de classe, pensada em termos sócio-profissionais no desenvolvimento econômico no pós-guerra. Na observação dos dois pesquisadores, a população da Cidade Jardim era composta por “homens de empresa”, “grupos de comerciantes maiores, que adotaram formas mais dinâmicas de comércio” e “profissionais liberais”. Diziam que “o surto de desenvolvimento urbano e industrial de Belo Horizonte, iniciado com a Segunda Guerra Mundial, começou a surgir, em Minas uma nova classe dominante”; “esta nova classe que ascendia deixou à velha classe dominante os antigos bairros, muito carregados das formas da vida tradicional família mineira, que também era abandonada, e avançou para além das zonas de expansão, criando rapidamente novas zonas residenciais modernas e de alto luxo, das quais a Cidade Jardim é o protótipo” (WATANABE & BRAGA, 1960: 14).

Não há dúvida de que os habitantes desse bairro envolvia uma fração importante das elites (concentrando recursos econômicos e poder político). Todavia, a distinção realizada pela elite da Cidade Jardim deve ser melhor refletida, observando as incertezas/tensões internas, os tipos de diferenciação dentro do bairro no consumo de itens de luxo e nos círculos de poder que possibilitavam a construção dessa imagem de uma “nova classe dominante”. Além disso, a geografia urbana era um importante componente de distinção social. Nos anos 1950, a Cidade Jardim situava-se nas proximidades de bairros constituídos na região sul e sudoeste da Praça da Liberdade – uma região nobre de Belo Horizonte. A outra fronteira era o Morro do Querosene, que foi ocupado em concomitância com o crescimento do bairro.

2.140:0000\$000.

¹⁵ BELO HORIZONTE. Lei nº 39, de 30 de julho de 1948. Estabelece normas para construções de Bairros Residenciais.

Quais as relações sociais que reuniam, colocavam em conflito ou tornavam móveis essas fronteiras sociais entre favela e bairro? Irei discutir a relação entre a Cidade Jardim e o Morro do Querosene, reinterpretando o trabalho de Watanabe e Braga e reconstruindo a gramática pública do conflito nos discursos do Centro de Defesa Coletiva do Morro do Querosene e no testemunho de Vicente Gonçalves.

“Classe”, “favela” e “bairro operário” na representação do Morro do Querosene

Com uma ideia bastante fechada e pouco dinâmica de classe, Watanabe e Braga pensava essas distâncias em termos estáticos, sem observar as possíveis relações entre os moradores do Querosene, da Cidade Jardim e de outros lugares da cidade de Belo Horizonte. Matizando a diferença em relação aos “bairros operários” - como Cachoeirinha, Santo André, Progresso, Gameleria e Renascença – a favela seria composta por “contingentes populacionais que não podem se manter em status urbanos definidos”, que lutavam “por condição de integração social no agrupamento urbano” (Idem, 1960:14-15).

Favelado para ele era um tipo marginal, uma categorização ampla e indiferenciada do pobre. Reforçando essa “indefinição” no quesito profissional e na baixa “integração social”, os pesquisadores selecionaram uma região do Morro do Querosene, a “área do Exército”, e fizeram uma análise que mostrava a grande heterogeneidade profissional. Com um questionário aberto, eles conseguiram identificar 43 tipos de profissões entre homens e mulheres (Ver tabela), sendo que apenas cinco homens e uma mulher eram filiados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

População Masculina

38 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

Profissão	Nº de Empregados	Profissão	Nº de empregados
Servente de Pedreiro	35	Torneiro	1
Pedreiro	17	Ajudante de Caminhão	1
Biscateiro	15	Peixeiro	1
Operário não- especificado	9	Armador	1
Pintor	7	Datilografo	1
Jardineiro	6	Jornaleiro	1
Soldado	6	Trocador de ônibus	1
Funcionário Municipal	5	Servente de Eletricista	1
Carroceiro	4	Barbeiro	1
Faxineiro	4	Ambulante	1
Sapateiro	3	Músico	1
Rondante	3	Cozinheiro	1
Alfaiate	2	Açougueiro	1
Entregador de Leite	2	Empregado Doméstico	1
Motorista	2	Limpador de Carro	1

População Feminina			
Profissão	Nº de Empregados	Profissão	Nº de empregados
Lavadeira	44	Verdureira	1
Empregada Doméstica	21	Biscateira	1
Arrumadeira	10	Passadeira	1
Costureira	3	Tecelã	1
Aguadeira	2	Prostituta	1
Operária Não especificada	1		

(WATANABE & BRAGA, 1960:84)

Do quadro censitário acima, vamos reinterpretar algumas informações e propor algumas hipóteses sobre a forma como se constituíam as relações entre os moradores do Morro do Querosene, a Cidade Jardim e a fronteira de expansão urbana da região centro-sul de Belo Horizonte. A área do Exército era uma amostra do Morro do Querosene; em 1958, ela tinha 606 habitantes, de um total de 2360 moradores na favela. Para os sociólogos, essa era a pior região, quando comparada com a “área da Prefeitura”. Dos 606 moradores, 277 eram do gênero masculino e 329 do feminino; nesse contingente, respectivamente, 135 homens e 86 mulheres trabalhavam¹⁶. Desse número bruto, não se excluem as crianças, logo, não podemos ter ideia sobre a porcentagem dos que eram desempregados ou não declaravam emprego. Assim, temos que ter parcimônia ao interpretar as informações. Com certeza, elas não indicam “pleno emprego” ou um cenário de “anos dourados” e de euforia com a “modernidade” capitalista, mas isso não quer dizer que os moradores “não tinham um status” sócio-econômico (como sugeriram os sociólogos).

Os moradores não eram um grupo “não integrado”, visto que grande parte dos moradores era incorporada na zona de expansão urbana da cidade. Ao contrário de Watanabe e Braga, compreendemos que eles estavam inseridos de forma subalterna no mundo do trabalho. O questionário aberto para saber as profissões declaradas pelos moradores mostrava a grande variedade de ofícios e profissões. Essa heterogeneidade nos impedia de imaginar o grupo como um “bairro operário” que se vincule a uma indústria ou segmento produtivo específico. Os sociólogos foram perspicazes nesse ponto, mas isso não significa imaginar uma população “indefinida”. As profissões de maior destaque eram as que se concentravam na construção civil (servente de pedreiro, pedreiro, pintor) e aquelas ligadas aos serviços domésticos (lavadeira, empregada doméstica, arrumadeira, jardineiro, faxineiro). Esses empregos no setor de serviço e na construção civil se integravam na área de expansão urbana da Cidade Jardim e das regiões centrais de Belo Horizonte. Havia uma interdependência entre esses profissionais/moradores e o tecido urbano que se constituía.

É importante notar que essa integração subalterna na fronteira urbana ocorria fora do mercado de trabalho formal e da proteção social instituída na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943. Apenas seis pessoas declaravam serem membros de algum IAP; na “área da Prefeitura”, 44 eram filiados à Institutos de Aposentadoria e Pensão¹⁷. Na área do Exército, informava-se que seis mulheres eram protegidas pela Sociedade São Vicente de Paulo. A proteção social não era garantida e podia se tornar motivo de barganha na

¹⁶ No caso dos homens, os “biscateiros” (15) e “operários não especificados” (9) eram uma quantidade muito expressiva, mas estavam representados em categorias residuais no sistema de classificação do censo – possivelmente várias pessoas que não se definiam com um emprego específico podiam serem alocados (ou se alocarem) nesse contingente. Essas classificações podem designar uma alta mobilidade de empregos temporários ou desemprego.

¹⁷ As informações sobre a “área da Prefeitura” eram mais parcas, não havendo o mesmo tipo de trabalho que foi realizado na “área do Exército”, com a contagem do número de trabalhadores. Informava-se que 33 eram filiadas ao IAPI e as outras eram do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes, Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários e Caixa Militar. cf. WATANABE & BRAGA, 1960: 110.

40 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

“caridade vicentina” ou mesmo no paternalismo das relações de trabalho em bairros nobres¹⁸. Fora da economia da caridade, os moradores podiam denunciar as injustiças nas relações de trabalho constituídas na cidade.

Como veremos, há vários indícios que mostram a politização do processo de expansão da Cidade Jardim e da exploração dos trabalhadores do Morro Querosene. Nas falas das lideranças ligadas ao Centro de Defesa Coletiva, existe um campo de significados construídos na oposição das categorias “patrão” / “classes médias” / “bairros chiques” e “empregado” / “trabalhador”.

Luta contra a remoção

Apesar de podermos inferir sobre as relações de trabalho na fronteira urbana a partir do censo e do processo de expansão urbana definido por legislações municipais e notícias, a criação do Centro de Defesa Coletiva (CDC) em 1952 não teve como principal mote a interferência nas relações de trabalho. A associação foi criada na tentativa de evitar a remoção da favela e a destruição dos barracos. Esse era o centro da ação política e dos significados construídos sobre a “luta dos trabalhadores favelados”. Isso não significava a não mobilização em conjunto com os sindicatos, em temas considerados prioritários. Em 1962, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) fez campanha pelo salário-família que seria instituído no governo João Goulart (1961-1962) e participou da campanha contra a carestia de alimentos organizada por sindicatos mineiros (OLIVEIRA, 2010).

Foram várias as notícias enviadas pelo CDC ao jornal O Barraco, órgão de imprensa da FTFBH para denunciar os casos de despejo e as injustiças vivenciadas no cotidiano das favelas de Belo Horizonte. Nesse período, Vicente Gonçalves já aparecia como uma liderança que expressava o descontentamento com as tentativas de remoção, vistas como “discriminação social” contra o trabalhador¹⁹. Outro representante da associação do Morro do Querosene, Genésio da Silva, explicava que “a ansiedade de todos moradores é saber como vai ser revolido o problema da moradia, pois diariamente procuravam a minha casa e a de outros companheiros para saber o que há de novo”²⁰. Numa outra notícia, narrava-se

¹⁸ Sobre a economia da caridade em Belo Horizonte cf. SOUZA, 2012.

¹⁹ VICENTE Gonçalves Expõe. O Barraco. In: Binômio, Belo Horizonte, 29/07/1963, Caderno 2, p.6.

²⁰ ANSIEDADE no Morro de São José pelo problema da moradia. O Barraco In: Binômio, 25/02/1963, Caderno 2, p.6. Pela reportagem consegue-se identificar outras pessoas que estavam envolvidas e ajudavam Genésio na explicação aos moradores do que estava ocorrendo: Pedro Chaves, Ronaldo Alencar, José Eduardo, Odilon Gomes, Alfredo Batista, João Neves, Otacílio Pereira e Alexandre dos Santos.

que

Vinte famílias de favelados encontram-se perseguidas (...), sofrendo pressões de ricos moradores da Cidade Jardim que não se conformam da vizinhança de humildes barracos, os quais, além de ferir sua excessiva estética burguesa, ainda – segundo eles – desvalorizam seus palacetes de milhões.

São alguns desses ultra-milionários que procuram a Prefeitura para expulsão dos favelados que ali já moram há anos. O Departamento de Patrimônio acaba de intimar os favelados que procuraram a Federação na luta pelo direito de morar”²¹

Considerando que esta era uma área de expansão urbana de interesse do mercado imobiliário e dos grupos que se estabeleciam Cidade Jardim, o Morro do Querosene era constantemente ameaçado de remoção. A fundação do CDC ocorreu em 1952, num claro intento de se contrapor ao projeto de expansão urbana com a retirada dos moradores. Desejava-se reproduzir o associativismo que tinha conseguido impedir a remoção da Vila dos Marmiteiros. Em 1949, a Companhia Imobiliária de Minas Gerais tentou expulsar os moradores da referida vila; esta fundou uma Associação de Defesa Coletiva para defesa “legal” do direito de moradia. Na contenda jurídica, Délcio Alves Martins, ligado ao Sindicato dos Corretores do Estado de Minas Gerais, defendeu os que se diziam proprietários do terreno. O conflito jurídico ganhou espaço nos veículos de imprensa e no cotidiano urbano, tendo visibilidade a partir da ação da associação e dos moradores. A expansão do associativismo de defesa coletiva ganhou forte destaque entre 1959 e 1964, no período em que funcionou a Federação dos Trabalhadores Favelados; em 1964, ela chegou a congregar 55 entidades que eram conhecidas publicamente pela sigla UDC (União de Defesa Coletiva) (OLIVEIRA, 2010).

As associações de defesa coletiva difundiram-se para outras favelas e colocavam em pauta a forma de se apropriar do espaço urbano. Auxiliados por advogados-políticos de esquerda e padres, as lideranças do associativismo colocavam em pauta o direito de moradia contra o processo de especulação imobiliária em curso. “Palacete de milhões”, “ultra-milionários”, “burgueses”, “classes médias”, eram várias as formas de acusar os moradores da Cidade Jardim e defender o direito de moradia, evidenciando a desigualdade social experimentada no cotidiano urbano. Na experiência os moradores conseguiam alguma repercussão na imprensa através de seus líderes e das associações.

As associação e todo circuito de comunicação e ação política criavam um espaço para a representação dos moradores. Para Vicente Gonçalves, explica da seguinte maneira a constituição de associações para defesa das favelas:

“União de Defesa Coletiva foi criada para defender o pessoal no peito e na marra e aí começamos a lutar legalmente e a aí veio a eleição...Então, espalhou para outras favelas. Então, começaram a me procurar e aí eu vi que

²¹ RICOS moradores da Cidade Jardim querem ver os favelados pelas costas. O Barraco. In: Binômio, 31-12-1963, Caderno 3, p.4.

42 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

eu tinha liderança. Então, eu disse, ‘Nós vamos fazer a união de defesa das favelas na favela do Pau Comeu, agora’, a gente ia e fazia a União de Defesa Coletiva; ‘Nós vamos fazer a união de defesa coletiva nos Marmiteiros’, a gente ia e fazia o Centro de Defesa Coletiva. Vamos fazer outra lá na Pedreira Prado Lopes... e quando eu vi, eu tinha toda a liderança de Belo Horizonte, sem saber o que é que era”²²

Ainda que não possamos aquilatar importância a importância pessoal que Vicente se atribui na difusão do associativismo, é relevante ressaltar que o contexto de abertura política vivenciada após 1945 facilitava a difusão do movimento social. A experiência de democracia liberal (1945-1964) foi central para explicar expansão do associativismo de defesa coletiva. Além disso, havia a percepção de um movimento amplo, produzindo uma questão que aproximava e criava solidariedade em relação a outras favelas. Além da oposição à remoção no processo de expansão urbana, um dos pontos chave do discurso para reivindicar direitos era a contraposição ao estigma de favelado. Em vários momentos da entrevista, Vicente Gonçalves situa esse problema, como na fala abaixo:

Naquele tempo não tinha bandido em favela, só tinha trabalhador mesmo. Nem homossexual tinha em favela.... - “Ah, mas tinha enrustido!”. – “Não, não tinha não!”, porque se um passasse a mão na bunda do outro, tinha morte. (...) Eu lembro na Barroca, em época de Natal, era a igreja católica e esses clubes de futebol que davam cesta de natal. Eu lembro que um bêbado olhou para um outro e perguntou assim: “Você não foi buscar sua cesta de natal, não?”; ele bateu no peito e falou assim “Eu trabalho para tratar de minha família”. Sabe o que é isso? É dignidade²³.

O que era contrário a representação do trabalhador e pai de família era excluído da “dignidade” imaginada pela personagem. Essa é uma imagem normativa destinada a diferenciar o malandro/classe perigosa e o trabalhador. Uma das características do circuito de comunicação e ação política criado pelo movimento de trabalhadores favelas era essa sobreposição de experiências na produção nos discursos. No caso acima temos a sobreposição da experiência do Morro do Querosene com a Barroca, elemento central da retórica instituída por Vicente Gonçalves, por ter morado entre 1931 e 1945 naquele espaço. Nessas homologias, observa-se a interpenetração de uma temática particular à vida do entrevistado e a geral para justificar a reivindicação de direitos.

Nesse trabalho de linguagem propiciado pela entrevista e por sua experiência social, Vicente Gonçalves realizou uma leitura globalizante da história da fundação de Belo Horizonte filtrada pelo viés da luta dos trabalhadores favelados. Ele explicou da seguinte

²² GONÇALVES, Vicente. Entrevista concedida ao autor, em 2008.

²³ Idem.

forma os objetivos do movimento social tanto o da CDC quanto o da FTFBH:

Primeiro, entrar água, luz, sede, esgoto e urbanização de rua.... E a propriedade da posse. Isso porque na fundação de Belo Horizonte, Aarão Reis trouxe gente do mundo todo para construir aqui. (...) Então, acontece o seguinte, as favelas não foram invadidas. O pessoal veio construir Belo Horizonte e foi largado as traças. Então, isso foi um dos fatos que mais impulsionava os argumentos que a gente usava para falar que aquilo era de trabalhador, não de bandido, de mendigo e miseráveis. Eram trabalhadores que construíram essa cidade, portanto, nós tínhamos direito a participação igual aos moradores que moram nos bairros chiques daqui.

Existe um trabalho de linguagem no enquadramento do conflito urbano como podemos observar tanto na fala de Vicente como através de outros trechos de jornais apresentados até aqui. Através da construção de uma retórica de habitante, constitui-se uma imagem e representação da cidade que se apropria do discurso oficial sobre as favelas para reivindicar direitos. Essa é uma das grandes chaves para refletir sobre os movimentos sociais de favelas, ultrapassando as dicotomias e dualidades e reconstruindo as gramáticas públicas dos conflitos instituídos no tecido urbano.

Bibliografia:

ALBERTI, Verena. *Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral*. In: Ouvir contar – textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.77-91.

ALBERTI, Verena. *O lugar da história oral: fascínio do vivido e as possibilidades da pesquisa*. In: Ouvir contar – textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.13-32.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005.p.183-192.

BRAGA, Núbia Ribeiro. *Becos da memória, caminhos da cidadania*. Belo Horizonte: ed.Uni-BH, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.

CORREA, Osvaldo Maciel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

44 Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960.

GOFFMAN, Erving. *“A vida íntima de uma instituição pública”*. In: Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 18ª ed. – Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de epílogo*. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.7-27.

GROSSI, Yone de Souza, FERREIRA, Amauri Carlos. *A Narrativa na trama da subjetividade*. História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº7, 2004, p.41-59.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões – Belo Horizonte, cidade planejada*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991. (Tese de doutorado)

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEVI, Giovanni. *Uso da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005.p.167-182.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, Samuel S.R. *O movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1960)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves, GRYNZPAN, Mário. *A favela fala*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PAOLI, Maria Celina & SADER, Eder. *Sobre classes populares no pensamento social brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes*. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica, teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p.39-68.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*. História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, 2000, p.117-126.

RONCAYOLO, Marcel. *La villes et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.

SOMARRIBA, Maria das Mercês et all. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes,

1984.

WATANABE, Hiroshi, BRAGA, Welber da Silva. *Morro do Querosene: alguns aspectos da formação de uma favela*. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1960.

WIRTH, Louis. "O urbanismo como modo de vida" [1938]. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahuar, 1967.